

## **Dia do pai e dos alcoólicos anónimos**

**Piedade Lalanda**

**Grupo Parlamentar do Partido Socialista**

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
Sras. e Srs. Deputados  
Sra. e Srs. membros do Governo**

A 19 de Março comemora-se o dia do Pai e coincidência ou não, é também o dia dos Alcoólicos anónimos.

Associar o consumo de bebidas alcoólicas à afirmação do papel masculino não é descabido, até porque o acto de beber, ou melhor, a capacidade de aguentar bebida foi durante muito tempo um traço do "ser homem".

Quem sabe se a escolha do dia do pai para homenagear os AA pretende perspectivar uma reconstrução deste papel, não forçosamente associando-o à abstinência, mas retirando do estereótipo da figura paterna os traços do excesso de consumo de álcool e da frequente violência familiar que dele resulta.

Falar de alcoolismo não é fácil, todos conhecem o seu efeito ao nível biológico em particular as consequências na saúde, no entanto raramente se ouve falar deste problema integrado no conjunto das toxicodependências. À semelhança de outros produtos, denominados drogas, o consumo excessivo e continuado de álcool também gera dependência; a sua paragem é acompanhada de sofrimento físico e psíquico; é fonte de habituação ou tolerância, ou seja, com a continuação do consumo é necessário aumentar a

quantidade para obter o mesmo efeito e o seu consumo é acompanhado de prazer. Um prazer que é imediato e acessível, já que as bebidas alcoólicas fazem parte do quotidiano de muitos indivíduos, para não dizer da maioria das famílias. Está presente nas despensas e até nos bares que muitos portugueses constroem nas suas casas. É facilmente adquirido num qualquer supermercado ou mercearia e há mesmo locais de trabalho e universidades, que os facultam nos refeitórios ou cantinas.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Sras. e Srs. Deputados**  
**Sra. e Srs. membros do Governo**

Falar de alcoolismo é quase um “tabu” para uma sociedade que facilita o consumo e a venda de bebidas alcoólicas.

E, não é força de expressão, é mesmo tabu, pelo menos ao nível dos dados estatísticos.

Como problema social que é, seria necessário começar por mapear este fenómeno. Mas como? Não existem registos fiáveis.

Conhecem-se os números aproximados de litros de cerveja, de vinho e de bebidas destiladas que entram no mercado de consumo, mas não existem registos globais do número de estabelecimentos de venda de bebidas alcoólica. Reservado ao poder local, o registo dos estabelecimentos de restauração, em particular as casas pastos, os cafés, não está contabilizado em termos regionais e não é possível ter uma noção clara e objectiva do seu número e do rácio população/estabelecimento que daí decorre.

Se é difícil contabilizar a totalidade de estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas, mais difícil é contabilizar o número de alcoólicos que existe no País ou mesmo na Região. As estimativas no entanto apontam para cerca de 750 mil bebedores excessivos e cerca de 580 mil doentes alcoólicos (Cabral, 2005). Importa referir que o alcoolismo é considerado, desde 1967, pela Organização Mundial de Saúde, na Classificação Internacional das Doenças.

No que diz respeito aos Açores, faltam estudos epidemiológicos sobre este problema. Quem sabe se um trabalho de pesquisa sobre este tema não deveria aplicar, a todos os inquiridos e em diferentes momentos do dia, o teste do balão, normalmente reservado a condutores acidentados ou a clientes de estabelecimentos nocturnos.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Sras. e Srs. Deputados**  
**Sra. e Srs. membros do Governo**

Analisar o fenómeno do consumo de bebidas alcoólicas e do alcoolismo em Portugal e, neste caso nos Açores, implica reconhecer o valor simbólico, sagrado e social do álcool, já que vivemos numa sociedade que recebe, celebra e brinda com um copo, e numa economia que contempla a vitivinicultura e se afirma, no exterior, em parte, através dos seus produtos vitivinícolas.

Analisar o fenómeno do alcoolismo é também fazer uma radiografia dos papéis de género. Expressões como: “Beber como um homem” ou “bebidas de mulher” revelam conceitos de género associados à

quantidade e ao grau alcoólico. Na origem desta distinção encontramos factores não apenas de natureza cultural e social, mas também a própria condição física de ambos os sexos. Uma mesma quantidade de álcool provoca níveis de álcoolémia diferentes em homens e mulheres (um litro de vinho a 11º provoca uma taxa de álcoolémia de 0,88 numa mulher de 55 kg e de 0,76 num homem com o mesmo peso)

Do ponto de vista físico, a dependência do álcool instala-se mais facilmente no corpo feminino, mas é socialmente mais fomentada junto dos homens. Por isso não é de estranhar que os internamentos para desintoxicação alcoólica sejam sobretudo de homens. Segundo os dados citados por Alberto Peixoto (2005), passaram pela Casa de Saúde de S.Miguel entre 1991 e 2000, 1018 homens e 30 mulheres, e das 181 pessoas tratadas em 2002, 166 eram homens e 15 mulheres.

O alcoolismo é uma doença social que se instala progressivamente, alimentada por um quadro de referências permissivo. A sociedade e os meios comunicação, em particular a televisão e a publicidade passam a mensagem de que a bebida alcoólica traz prestígio, poder, sedução, bem-estar, mata a sede entre outras falsas virtudes, ignorando ou desvalorizando o efeito nocivo que o álcool produz no funcionamento dos órgãos vitais.

O Alcool, como qualquer droga psicoactiva legalizada é como um lobo com pele de cordeiro, insinua-se sem ninguém dar conta e

quando ataca há pouco a fazer a não ser parar definitivamente a sua acção.

Este é sem dúvida um problema que deve preocupar os governos, e foi objecto de uma estratégia da OMS, no sentido de atingir o objectivo “Saúde para todos no ano 2015”. Pretende-se:

“Diminuir o consumo de álcool a 6 litros per capita por ano para a população de 15 ou mais anos, e reduzir o consumo de álcool na população de 15 ou menos anos até ao limiar de 0%.”(cit. Lídia Cabral, Alcoolismo Juvenil, 2005)

Lembremos a propósito que a média portuguesa de consumo per capita, na população com mais de 15 anos, em 2000, era de 10,8 litros por indivíduo quantidade que conferiu nesse ano a Portugal o terceiro lugar no pódio dos países consumidores de etanol. Em média cada português ingeriu, nesse ano, 65,3 litros de cerveja, 50 litros de vinho e 3,6 litros de bebidas destiladas (Cabral, 2005)

Este é sem dúvida um problema de saúde pública que exige uma intervenção das entidades responsáveis pela educação, pela saúde e mesmo pela economia, no sentido de se rever o modo como o álcool é publicitado, vendido e consumido.

Na senda da concretização deste objectivo foi aprovado um “Plano de Acção contra o Alcoolismo” pela Resolução do Conselho de Ministros n.º166/2000, de 29 de Novembro. No texto deste diploma afirma-se: “o alcoolismo é a maior toxicodependência dos portugueses”.

Uma toxicod dependência que está na origem de muitos casos de violência familiar, actos de criminalidade, para não falar dos acidentes de trabalho e de viação.

O alcoolismo ainda é uma doença que afecta sobretudo os homens, mas cada vez mais, e infelizmente, assume uma expressão feminina e prolifera entre os mais jovens.

Fala-se pouco do alcoolismo feminino, talvez porque o consumo excessivo de bebidas alcoólicas das mulheres continua a ser escondido, privado, vivido entre portas. No entanto à semelhança dos homens, as mulheres alcoólicas acabam por se afastar da vida, dos prazeres intelectuais e desportivos, do convívio dos amigos, como refere o testemunho de Teresa, apresentado num artigo do Diário de Notícias assinado por Paula Martinheira:

(Comecei) a beber aos 15, em festas, com amigos. Quando começava, não conseguia parar. Em cada reunião social, apanhava uma «bebedeira». Foi assim durante 32 «longos e penosos anos», em que a vida me «passou ao lado»; Segundo ela, «beber era a forma que tinha de lidar com a vida». «Não sabia o que fazer com a tristeza, o medo, a ansiedade. «Sabia apenas que quando bebia tudo isso passava e sentia-me bem».

Teresa começou aos 15 anos e não é difícil a um jovem fazê-lo em Portugal e em particular nos Açores. Apesar de a legislação em vigor estabelecer os 16 anos como idade de referência para o acesso e a permanência em estabelecimentos de venda e consumo de bebidas alcoólicas, esta limitação é pouco controlada.

Autorizam-se balcões de venda ao público em espaços abertos, praças e pracetas, em dias de arraial ou então durante três meses no ano, como acontece nas “Noites de Verão” em Ponta Delgada. As festas de estudantes universitários são patrocinadas por marcas de cerveja, facto que a legislação ainda não conseguiu interditar.

Ao nível da produção, surgem novas bebidas que se aproximam mais do refrigerante do que do álcool mas que contribuem para um aumento quase imediato da álcoolémia nos jovens.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Sras. e Srs. Deputados**  
**Sra. e Srs. membros do Governo**

Não podemos ficar indiferentes perante um problema que a sociedade em que vivemos enquadra, aceita e até promove.

Nesse sentido, urge investir na prevenção das toxicodependências, como é preocupação do Governo Regional, incluindo de forma sistemática o tema do consumo de bebidas alcoólicas ao nível dos programas educativos, promovendo espaços de informação juvenil em toda a região e apoiando, de forma significativa, o funcionamento dos centros de alcoologia necessários aos processos de desintoxicação. Falta aumentar o número de grupos de entreajuda, formados por alcoólicos recuperados, indispensáveis à manutenção da abstinência alcoólica.

Mas será que combater o alcoolismo passa apenas por uma intervenção directa nas causas e nas consequências deste fenómeno?

Sendo um fenómeno complexo e multidimensional, é necessário continuar a apostar em políticas que alterem o modo como vivemos e nos relacionamos, na família, no trabalho, no lazer, promovendo uma cultura de optimismo, incentivando o empreendedorismo e o associativismo juvenil, criando oportunidades de emprego e fomentando a ocupação dos tempos livres.

Uma política de prevenção do alcoolismo não passa apenas pelos planos regionais de combate às toxicodependências, mas deve integrar acções na vertente da educação alimentar, da promoção da actividade física e desportiva, no apoio às associações que contribuem para a construção e realização de projectos de vida, nomeadamente entre os jovens.

E não faltam bons exemplos na actuação dos governos do Partido Socialista, quer em termos de política educativa integrando alunos absentistas em programas alternativos (programa Cidadania), promovendo hábitos alimentares saudáveis nas cantinas escolares, fomentando a prática desportiva junto dos mais novos (Escolinhas de desporto), organizando programas de férias e de ocupação de tempos livres (OTL) que todos os anos envolvem centenas de jovens.

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Sras. e Srs. Deputados**  
**Sra. e Srs. membros do Governo**

O alcoolismo não escolhe sexos nem idades, não é um problema de pobres ou desempregados, apesar de estas condições serem favoráveis ao aparecimento deste problema.



Esta doença atinge indivíduos de vários estratos sociais, em particular profissionais em áreas consideradas de risco, como revelam alguns estudos de investigação. O “stress laboral”, que caracteriza profissões como a medicina, a enfermagem, o ensino ou a advocacia pode contribuir para o desenvolvimento deste fenómeno.

O insucesso e a frustração vividos no emprego, na escola, na universidade ou nas relações familiares, podem tornar favorável o recurso ao consumo excessivo.

Recentemente foram criadas medidas restrictivas ao consumo de tabaco, isolando espaços nos aeroportos, interditando o fumo durante as viagens ou mesmo em locais de trabalho. No entanto, sendo também um problema de saúde pública, resta saber se é menor do que o consumo excessivo de álcool, que dificilmente sabemos avaliar, mas que não é objecto de campanhas de desintoxicação como tem surgido em relação ao tabaco.

Não será chegado o momento de planearmos um combate aos problemas relacionados com o álcool?

O Governo Regional, consciente da gravidade do impacto das toxicodependências na Região, aprovou, através da Resolução do Governo n.º1/2004 de 8 de janeiro, o “Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso das Substâncias psicoactivas/drogas”. Com base neste Programa têm sido desenvolvidas acções de sensibilização junto da população juvenil em todas as ilhas.

Propomos que, integrado nesse Programa, que se encontra em fase final de revisão, se equacione um Plano de acção orientado, de forma específica, para as questões do álcool, nomeadamente através de:

- campanhas de informação pública, abordagens nos currículos escolares e acções de sensibilização e formação dirigidas a grupos específicos, sobre os riscos de consumo excessivo, nomeadamente junto de mulheres grávidas, crianças e adolescentes, entre outros;
- acções de informação e sensibilização e programas de treino junto dos profissionais de saúde, agentes educativos e entidades policiais;
- alargamento da rede de serviços de tratamento e reabilitação para cidadãos com problemas/dependência do álcool e para os membros da família;
- promoção e divulgação de estudos epidemiológicos e de investigação, a nível regional, sobre o consumo de bebidas alcoólicas e as suas consequências nos indivíduos e nas famílias;
- apoio aos movimentos de auto-ajuda e às ONG's que promovem estilos de vida saudáveis;
- aumento da resposta do Estado ao nível dos serviços de apoio às famílias, em particular, às crianças que são vítimas do alcoolismo de adultos.

Apesar da regulamentação existente, propomos que se:

- reforce o controlo sobre o modo como são publicitadas e comercializadas as bebidas alcoólicas, em particular quando a mensagem é dirigida à camada mais jovem.

É urgente agir, mesmo que isso implique reconhecer que somos todos responsáveis pelo facto de o alcoolismo ser a principal toxicodependência entre os portugueses.

Disse.